



## **21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO MEIA PONTE - CBH MEIA PONTE**

1 Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às 8h30,  
2 presencialmente na FIEG – Casa da Indústria, Auditório Daniel Viana, 4º andar, sito à  
3 Avenida Araguaia, Nº 1544, Setor Vila Nova, Goiânia-GO, deu-se início a 21ª Reunião  
4 Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte. **Item 1. Abertura da**  
5 **21ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte - CBH**  
6 **Meia Ponte:** A Sra. Elaine Lopes Noronha Farinelli - Presidente CBH Meia Ponte, saudou  
7 os presentes e agradeceu à Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) por  
8 ceder o espaço para a realização da Reunião do Comitê do Rio Meia Ponte. Ressaltou a  
9 satisfação em participar da história da gestão dos recursos hídricos em Goiás e salientou  
10 a importância da participação de todos na construção e avaliação do Plano de Bacia. Em  
11 seguida, o Sr. Alan Mosele Tonim - Secretária de Estado do Meio Ambiente e  
12 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), agradeceu à Sra. Elaine Farinelli, Presidente do  
13 CBH Meia Ponte, pelas palavras de abertura. Enfatizou o êxito da divulgação da oficina e  
14 destacou a importância do trabalho realizado pelo Sr. Pedro Paulo Alves Godoi - SEMAD,  
15 na construção dos indicadores que nortearão a avaliação dos resultados do plano.  
16 Salientou que o principal objetivo da oficina era avaliar a implementação do Plano de Bacia  
17 do Rio Meia Ponte e identificar as prioridades para o Plano de Aplicação Plurianual e  
18 Orçamento de 2025, além disso a oficina visava definir prioridades para a aplicação dos  
19 recursos arrecadados pela cobrança do uso da água na bacia, prevista para iniciar em  
20 2025. Ressaltou a relevância de reunir diferentes percepções para uma avaliação mais  
21 abrangente, que permitisse identificar as ações prioritárias e a aplicação dos recursos  
22 arrecadados através da cobrança da água. Informou que a oficina proporcionará a  
23 oportunidade de confrontar as visões dos atores com a avaliação do órgão gestor, o que  
24 possibilitará avanços na definição das ações prioritárias e na aplicação dos recursos.  
25 Dando continuidade, o Sr. João Ricardo Raiser - SEMAD cumprimentou os participantes  
26 e agradeceu à Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) pela disponibilização  
27 do local. Destacou o crescimento significativo da gestão de águas no estado de Goiás e a  
28 relevância do passo atual para a avaliação do plano elaborado em 2018-2019 e aprovado



29 em 2022, mas que estava em fase de implementação. Informou que a oficina terá dois  
30 objetivos principais: avaliar a implementação do plano de gestão de águas e definir  
31 prioridades para o plano de aplicação dos recursos arrecadados através da cobrança pelo  
32 uso da água na bacia do Meia Ponte. Enfatizou que, embora a Secretaria de Estado de  
33 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) fosse a executora da maioria  
34 das ações, a responsabilidade é compartilhada com o comitê. Mencionou o trabalho  
35 realizado por Pedro Paulo Alves Godoi - SEMAD na construção de indicadores e a  
36 importância de avaliar a implementação do programa do ponto de vista técnico e do  
37 parecer do Comitê, com o objetivo final de tomar as medidas assertivas que garantisse a  
38 adequada aplicação dos recursos. Solicitou aos presentes que se dividissem em grupos  
39 para discutir as (cinquenta) ações previstas no plano, cada grupo seria responsável por  
40 avaliar e promover as (dez) ações, além disso explicou a necessidade de uma distribuição  
41 equilibrada de representação entre os vários grupos. Ato contínuo, passou a palavra ao  
42 Pedro Paulo, representante da SEMAD. **Item 2. Oficina de Avaliação da Implementação**  
43 **do Plano de Bacia:** O Sr. Pedro Paulo Alves - SEMAD agradeceu a presença dos  
44 membros e convidados. Após uma breve recapitulação sobre o plano de bacia, enfatizou  
45 a responsabilidade coletiva do comitê na tomada de decisões estratégicas para a gestão  
46 dos recursos hídricos. Salientou que o objetivo da oficina era avaliar de forma crítica e  
47 transparente a implementação do plano e, no processo, incentivar os participantes a  
48 explorar alternativas viáveis e identificar o curso de ação mais apropriado para avançar  
49 com o plano. Destacou que o diagnóstico da bacia apontava desafios significativos a  
50 serem enfrentados, enquanto o prognóstico evidenciava a necessidade urgente de adotar  
51 medidas de gestão eficazes. Salientou a relevância da avaliação contínua do plano como  
52 importante ferramenta para garantir a eficácia das ações. Ressaltou a necessidade de uma  
53 articulação sólida entre os órgãos gestores e os diversos setores da sociedade para que  
54 a implementação do plano fosse eficaz. Relembrou que a aprovação do Plano de Recursos  
55 Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte ocorreu por meio da Deliberação nº 18,  
56 datada de 24 de setembro de 2021, uma decisão que marcou um avanço significativo na  
57 gestão dos recursos hídricos. Destacou, porém, que a deliberação não incluiu a definição  
58 dos indicadores no plano. Reconheceu a importância dos indicadores para aprimorar o  
59 planejamento e a gestão dos recursos hídricos, o que justificou a sua adoção. Citou o  
60 debate nacional sobre a metodologia, que evidenciava a necessidade de indicadores



61 comparáveis entre as bacias hidrográficas. Exibiu gráfico que apresentava o número de  
62 programas e ações por eixo estratégico do Plano de Recursos Hídricos da Bacia  
63 Hidrográfica do Rio Meia Ponte. Demonstrou que o Plano de Recursos Hídricos da Bacia  
64 Hidrográfica do Rio Meia Ponte possuía uma distribuição desequilibrada de programas e  
65 ações entre os eixos estratégicos. Explicou que essa disparidade levantava pontos  
66 importantes sobre a construção de uma metodologia de avaliação. Demonstrou a  
67 complexidade de determinar um valor de implementação do plano que levasse em conta  
68 essa desigualdade na distribuição das ações, pois se cada questão valesse um ponto,  
69 haveria muito mais questões em alguns eixos do que em outros. Destacou que a  
70 metodologia a ser utilizada estava descrita no Manual de Implementação de Planos de  
71 Recursos Hídricos da ANA, publicado em 2021. Explicou que o manual apresentava uma  
72 abordagem estruturada em nove etapas para a implementação do plano, das quais quatro  
73 serão abordadas na oficina, sendo três etapas efetivas e uma dedicada à coleta de  
74 percepções, que será realizada por meio do material entregue aos participantes. Aclarou  
75 que a construção do “Quadro Síntese da Ação” será feita com base na ficha do manual  
76 operativo do plano, ajustada para apresentar as ações, justificativas e o progresso de sua  
77 implementação. Comunicou que os participantes deverão analisar e criticar os indicadores  
78 de implementação, propondo ajustes conforme necessário. A síntese dos resultados e a  
79 agregação dos dados resultarão em gráficos que permitirão uma visão geral do andamento  
80 das ações, possibilitando o acompanhamento e a gestão das atividades. O Sr. Pedro Paulo  
81 Alves de Godoi - SEMAD exemplificou a aplicação da metodologia com uma ação  
82 específica do plano. Destacou que a avaliação utilizará uma escala de pontuação de (0 a  
83 1). Por fim, explanou que o objetivo era ajustar a política estadual de recursos hídricos  
84 com base nas percepções coletadas, comparando a percepção global das ações com  
85 avaliações anteriores às diretrizes e orientações do planejamento. Dividiu a sala em cinco  
86 grupos com cerca de oito participantes por grupo, buscou diversificar os setores. Explicou  
87 que os grupos receberiam fichas com ações para discutir a adequação dos indicadores de  
88 implementação e possíveis melhorias. O Sr. Allan Mosele Tonim - SEMAD ressaltou que  
89 era fundamental que todos estivessem presentes durante todo o período da oficina para  
90 contribuir de maneira eficaz. Destacou que a oficina consistia em duas partes: uma  
91 discussão em grupo pela manhã e uma discussão coletiva à tarde. Informou que a equipe  
92 da SEMAD estará disponível para esclarecer dúvidas e fornecer suporte durante todo o



93 período. Pediu que o material fosse usado durante a avaliação e que as impressões dos  
94 participantes fossem registradas para ajustes futuros. Findou-se a parte da manhã  
95 dedicada à discussão das ações e indicadores entre os grupos. No período vespertino, o  
96 Sr. Alan Mosele Tonim - SEMAD forneceu orientações para a apresentação das ações,  
97 em que o representante do grupo deveria mencionar o nome da ação e seu código,  
98 facilitando a identificação da ação por todos os participantes. Além disso, recomendou  
99 que, ao apresentar o indicador de implementação, o participante indicasse a pontuação  
100 atribuída (0, 0,25, 0,5 ou 1 ponto) e justificasse a avaliação com base na percepção do  
101 grupo. Ato contínuo, a Sra. Raquel Lima da Silva - Limno Consult e o Sr. Daniel Augusto  
102 Ribeiro - CELPAR compartilharam a análise do Grupo 1 a respeito das ações e indicadores  
103 de implementação do Plano de Recursos Hídricos do CBH Rio Meia Ponte. Informou que  
104 durante as discussões, foram identificadas e destacadas duas ações como prioritárias. A  
105 primeira prioridade estabelecida pelo grupo foi a **Ação (GRH 1.6) – Aperfeiçoamento a**  
106 **Implementação da Outorga de Águas Subterrâneas e regularizar usos já existentes**  
107 **do cadastro atual:** O grupo justificou que a escolha dessa ação como prioritária baseou-  
108 se na necessidade de aprofundar os critérios para a outorga de águas subterrâneas e  
109 melhorar a fiscalização dos usos e seus impactos, ao definir limites de uso e  
110 implementação uma fiscalização efetiva. A segunda prioridade estabelecida foi a **Ação**  
111 **(GS 3.2) – Sensibilização e Estímulo à Organização de Usuários de Água:** O grupo  
112 defendeu a importância de avançar na identificação dos setores usuários de água e  
113 promover sua organização para fortalecer a gestão dos recursos hídricos. Após a  
114 conclusão do grupo 1, houve momento destinado a perguntas e contribuições. O Sr.  
115 Marcos Cabral - Instituto Altair Sales, enfatizou a importância de cadastrar não apenas  
116 poços profundos, mas também aqueles com usos considerados insignificantes, devido ao  
117 impacto ambiental das perfurações no solo. O Sr. Daniel Augusto Ribeiro – CELPAR,  
118 concordou com a necessidade de um cadastramento amplo e observou a importância de  
119 encontrar um equilíbrio entre a abrangência do sistema e sua viabilidade de  
120 implementação. Na reunião, o Grupo 2, com a representação dos Srs. Aurélio Miranda -  
121 Irrigo e Marcos Cabral - Instituto Altair Sales, definiu as seguintes ações como prioritárias  
122 para o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Meia Ponte. A primeira prioridade do  
123 Grupo 2 foi a **Ação GS 2.1 - Melhoria dos sistemas de gestão de dados e informações**  
124 **do comitê:** A justificativa para essa prioridade baseou-se na necessidade de dispor de



125 dados confiáveis e atualizados, uma vez que ações eficazes de gestão dependem de  
126 informações precisas. Além disso, o grupo destacou que o sistema atual necessitava de  
127 aprimoramentos para atender às demandas de gestão e monitoramento. A seguir, o grupo  
128 definiu a segunda prioridade. **Ação GS 3.3 - Capacitação para boas práticas de**  
129 **conservação do solo:** A justificativa baseou-se na premissa de que a preservação do  
130 solo e da água é essencial para a sustentabilidade da bacia e que o engajamento dos  
131 usuários é crucial para o sucesso das ações de conservação e para assegurar a eficácia  
132 das medidas. Abriu-se espaço para contribuições e, na sequência dos trabalhos, o Grupo  
133 3, representado pela Sra. Stella Miranda Menezes - SEAPA e pela Sra. Lúcia Helena  
134 Santos Pinheiro - SANEAGO, apresentou as seguintes prioridades para o Plano de  
135 Recursos Hídricos da Bacia do Rio Meia Ponte. A primeira prioridade foi a **Ação (MON**  
136 **2.1) - Aprimorar o Sistema de Monitoramento da Qualidade da Água:** A justificativa  
137 fundamentou-se na premissa de que a transparência e a publicidade das informações  
138 auxiliam uma fiscalização mais eficiente e um maior envolvimento dos atores no processo  
139 de gestão. O grupo sugeriu a implantação de novos pontos de coleta e a consolidação dos  
140 dados obtidos por usuários, concessionárias e órgãos municipais para cumprir a essa  
141 necessidade. A segunda prioridade definida pelo Grupo foi a **Ação (GS 3.4) - Campanhas**  
142 **e Produção de Material de Educação Ambiental:** O grupo evidenciou a necessidade de  
143 reavaliar o órgão responsável e de contratar uma agência para criação e divulgação de  
144 materiais educativos sobre boas práticas de conservação do solo e da água. Após  
145 considerações, iniciou-se a atividade do Grupo 4, que trouxe suas contribuições para a  
146 revisão das ações do Plano de Recursos Hídricos. O Sr. Juber Henrique Amaral - MP-GO  
147 expos os resultados do Grupo 4, que destacou duas ações principais. A primeira: **Ação**  
148 **(GRH 5.2) - Identificação e adoção de medidas destinadas à regularização dos**  
149 **usuários.** O grupo defendeu a mudança de uma abordagem orientativa para um processo  
150 punitivo e sugeriu que a regularização fosse abordada como uma política de Estado.  
151 Propôs a criação de convênios com entidades e sindicatos rurais para auxiliar pequenos  
152 produtores. A segunda prioridade foi a **Ação (GRH 6.4) - Monitoramento e Conservação**  
153 **de Água e Solo:** O grupo sugeriu maior detalhamento das medidas de conservação e a  
154 inclusão de prefeituras e usuários como corresponsáveis. Após contribuições adicionais,  
155 deu início ao último Grupo 5. Antes de iniciar a contribuição do (Grupo 5), o Sr. Augusto  
156 César Campos de Souza Machado - ECBRASIL parabenizou toda a equipe da SEMAD e



157 a diretoria do Comitê de Bacia pelo trabalho realizado e pela organização da reunião.  
158 Ressaltou que muitos conselheiros desconhecem boa parte dos programas, ações e  
159 trabalhos em andamento. Por isso, solicitou à presidente que se esforce para garantir que  
160 as informações circulam entre os membros, permitindo-lhes contribuir de maneira mais  
161 eficaz. Destacou a importância da cobrança pelo uso da água, mencionando que,  
162 conforme informado, o governo do estado decidiu iniciar a cobrança, com o pagamento de  
163 50% do montante consumido a partir do ano 2025. Pontuou a necessidade de esclarecer  
164 essa informação aos membros, para que compreendessem a metodologia e estrutura, e  
165 pudessem contribuir ou tomar decisões quando necessário. O Sr. João Ricardo Raiser -  
166 SEMAD informou que, em 2023, foram realizadas duas reuniões para apresentar as  
167 diretrizes do Decreto, e que, com a renovação dos membros, essas apresentações  
168 poderão ser repetidas, se houver interesse. Explicou que o Decreto estabeleceu prazo até  
169 1º de junho para manifestações sobre os mecanismos e valores da cobrança, que foi  
170 definida inicialmente como um piso mínimo. Ressaltou que, após a implementação, os  
171 comitês poderão propor ajustes nos valores ou modificar os mecanismos, desde que a  
172 arrecadação não seja reduzida abaixo da base estabelecida. Comunicou que, atualmente,  
173 o foco está na elaboração das diretrizes para o plano de aplicação plurianual e o  
174 orçamento de 2025. Colocou-se à disposição para fornecer mais detalhes sobre o Decreto  
175 e a estimativa de arrecadação, bem como esclarecer quaisquer dúvidas que pudessem  
176 surgir. O Sr. Allan Mosele Tonim - SEMAD reforçou que está em andamento um trabalho  
177 para estimar o potencial de arrecadação com base no Decreto. Na sequência, a Sra.  
178 Kharen de Araújo Teixeira - AAPAC iniciou a discussão do Grupo 5, abordou as principais  
179 ações e as respectivas avaliações. As ações prioritárias identificadas pelo grupo foram: a  
180 primeira prioridade foi **Ação (GRH3.1) Definir os Mecanismos de Cobrança a serem**  
181 **adotados**: O grupo constatou que, apesar de a proposta de cobrança ter sido criada por  
182 decreto e estar em vigor para 2024, a discussão sobre os mecanismos e ajustes  
183 necessários ainda não foi realizada com os conselheiros do CBH. Assim, é necessária  
184 uma revisão para garantir a eficácia da proposta. A segunda prioridade foi **Ação (PL 3.1)**  
185 **Proteção para mananciais de abastecimento nos municípios da bacia hidrográfica**:  
186 O grupo indicou que a ação está em fase inicial, concentrada na definição de locais e  
187 requisitos para a proteção dos mananciais. Destacou-se a importância de avançar nas  
188 atividades de reflorestamento e conservação para assegurar a qualidade e a



189 sustentabilidade dos recursos hídricos da bacia. O Grupo 5 encerrou sua apresentação  
190 com ênfase nas principais considerações sobre as ações discutidas e expressou seu  
191 agradecimento a todos os participantes pela colaboração e contribuições. Após o  
192 encerramento das discussões em grupos, iniciou-se a apresentação global dos resultados  
193 da oficina. O Sr. Pedro Paulo Alves de Godoi - SEMAD apresentou os resultados da  
194 avaliação do plano com uma visão geral dos dados coletados e das conclusões  
195 preliminares. Explicou que a avaliação teve como objetivo principal verificar a percepção  
196 dos membros do CBH sobre a execução das ações planejadas no plano de gestão hídrica.  
197 Descreveu a metodologia aplicada, que incluiu a análise de 50 ações específicas do plano.  
198 Informou que o plano, com prazo de 20 anos, estabeleceu como meta a conclusão de 45%  
199 das ações até o final do segundo ano. No entanto, relatou que a percepção dos membros  
200 do CBH indicou que apenas 18% das ações foram efetivamente implementadas até o  
201 momento. Exibiu gráficos e indicadores para mostrar a análise das metas e do  
202 cumprimento das ações do plano. A avaliação revelou que, até o segundo ano, havia sido  
203 alcançado 40% do progresso esperado para a execução das ações, considerando a meta  
204 de 45% para o período. Discutiu também as dificuldades de interpretação dos instrumentos  
205 de avaliação, evidenciadas pelas discrepâncias entre as percepções dos grupos sobre a  
206 execução das ações. A análise apontou desafios na interpretação das ações e destacou  
207 a necessidade de validação dos indicadores de avaliação pelo CBH para aprimorar o  
208 processo e garantir avaliações mais precisas no futuro. Utilizou os dados da avaliação  
209 para estimular discussões sobre melhorias no plano e no processo de avaliação. Propôs  
210 que a oficina servisse como um ponto de partida inicial para a revisão do plano e a  
211 formulação de um relatório detalhado sobre a percepção e a execução das ações.  
212 Encerrou sua apresentação agradecendo a colaboração dos participantes e enfatizando a  
213 importância das discussões realizadas para o aprimoramento do Plano de Ações.  
214 Ressaltou que a avaliação do plano está em fase inicial e que as contribuições dos  
215 participantes serão essenciais para a elaboração de um novo plano de ação para o  
216 próximo ciclo. Abriu espaço para perguntas e sugestões dos participantes. O Sr. Daniel  
217 Augusto Ribeiro – CELPAR salientou a importância de dados técnicos precisos para a  
218 avaliação do andamento das ações e questionou a clareza de algumas informações  
219 presentes no plano. O Sr. Alan Mosele Tonim - SEMAD explicou que o processo de  
220 avaliação do CBH é um desafio inédito e inovador, não apenas para Goiás, mas também



221 em comparação com outros estados e a nível federal. Destacou que a metodologia  
222 utilizada na oficina foi cuidadosamente planejada para promover uma avaliação objetiva  
223 das ações. Destacou que a experiência das oficinas servirá para aprimorar futuras edições  
224 do processo de avaliação e que há planos para a continuidade desse trabalho, com a  
225 possibilidade de que novas instituições ou o próprio CBH possam assumir a liderança das  
226 próximas avaliações. O Sr. Aurélio Miranda - IRRIGO parabenizou a SEMAD pelo trabalho  
227 realizado e elogiou o esforço da equipe em descentralizar as decisões e envolver os atores  
228 no processo. O Sr. Marcos Cabral, do Instituto Altair Sales, observou que o documento  
229 não menciona estudos e projetos para a revitalização da bacia e sugeriu a inclusão desse  
230 tópico para evitar equívocos com relação ao pagamento de serviços ambientais. O Sr.  
231 João Ricardo Raiser - SEMAD destacou que os questionamentos são importantes, mas  
232 ressaltou que as 50 ações mencionadas foram aprovadas pelo comitê e não podem ser  
233 alteradas. Enfatizou que o foco deve ser identificar eventuais incongruências ou lacunas  
234 para que possam ser abordadas em futuras atualizações do plano. O Sr. Alan Mosele  
235 Tonim - SEMAD, esclareceu que a avaliação realizada na oficina teve como propósito de  
236 obter feedback e não de tomar decisões finais. Explicou que a síntese dos resultados será  
237 elaborada e um documento contendo essas informações será enviado a todos para futuras  
238 validações. O Sr. Elaine Lopes Noronha Farinelli - Presidente do CBH Meia Ponte teceu  
239 elogios à qualidade da oficina, classificando-a como uma das melhores em que já  
240 participou. Exaltou o alto nível de conhecimento e expertise dos membros do comitê, o  
241 que propiciou debates extremamente enriquecedores e produtivos sobre os desafios da  
242 gestão dos recursos hídricos na bacia. Ressaltou a importância da participação da  
243 sociedade na construção de soluções para os problemas da bacia, destacando o papel  
244 fundamental do CBH Meia Ponte como um fórum de diálogo e concertação entre os  
245 diversos setores interessados. Enfatizou que a colaboração entre entidades públicas,  
246 privadas e a sociedade civil organizada constitui um pilar essencial para a efetividade das  
247 ações planejadas. Reforçou que a gestão compartilhada dos recursos hídricos requer a  
248 integração de diferentes perspectivas e conhecimentos, promovendo a troca de  
249 experiências e a busca conjunta por alternativas sustentáveis. Apontou que a  
250 transparência e a participação ativa dos atores asseguram a legitimidade dos processos  
251 de decisão e a adequação das medidas implementadas às reais necessidades da  
252 população. Finalizou agradecendo à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de



253 Goiás (FAEG) pelo apoio prestado durante a oficina, mencionando especificamente a  
254 oferta do coffee break aos participantes, o que contribuiu para um ambiente acolhedor e  
255 produtivo. **Item 3. Informes Gerais: NIHIL Item 4. Encerramento:** Nada mais a tratar, a  
256 Sra. Elaine Lopes Noronha Farinelli - Presidente CBH Meia Ponte encerrou a reunião. Eu,  
257 Patrícia Sueli Cortes de Oliveira, colaboradora da Secretaria Executiva, lavrei essa ata  
258 que, após aprovada, segue assinada pelo Presidente e Vice-Presidente.

---

Elaine Lopes Noronha Farinelli  
Presidente CBH Meia Ponte

---

Fábio Camargo Ferreira  
Secretário Executivo do CBH Meia Ponte



### Anexo - 1

Resultados das Oficinas de avaliação da percepção do CBH sobre a implementação dos PBH – (%)

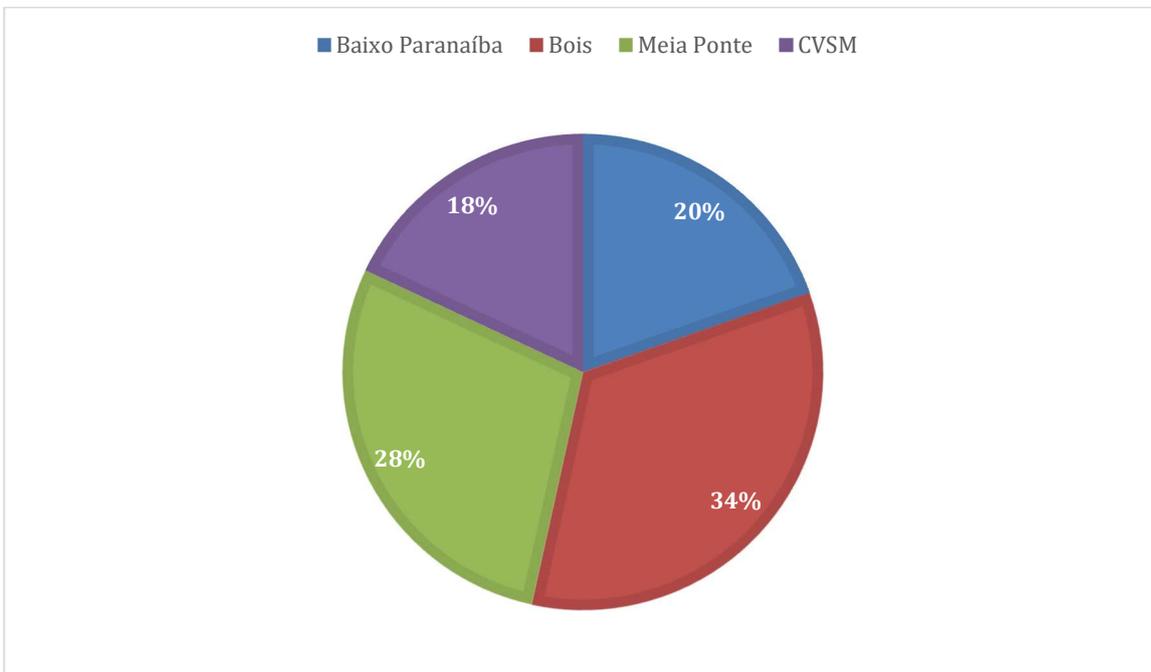
Resultados das Oficinas de avaliação da percepção do CBH sobre a implementação dos PBH – (%)

	Baixo Paranaíba	Bois	Meia Ponte	CVSM
Plano	27,7	47,8	40,4	25,4
Eixo GRH	43,8	39,5	35,3	45
Eixo GS	10,2	51,1	37,2	20,4
Eixo MON	31,8	45,4	54,5	13,6
Eixo PL	0	0	33,3	0
Eixo AMB	100	250	150	50
Eixo EA	10,7	21,5	0	10,7

PROGRAMAS	Baixo Paranaíba	Bois	Meia Ponte	CVSM
GRH1	32,1	32,1	32,1	35,7
GRH2	37,5	50	50	75
GRH3	100	100	25	100
GRH4	0	37,5	50	25
GRH5	50	0	25	16,7
GRH6	20	20	0	20
GRH7	100	0	100	0
GS1	8,3	50	41,7	25
GS2	9,1	63,6	63,6	9,1
GS3	0	36,4	9,1	18,2
GS4	50	50	0	50
MON1	40	60	20	20
MON2	0	0	200	0
MON3	37,5	50	25	12,5
PL1	0	0	0	0
PL2	0	0	0	0



PL3	0	0	100	0
AMB1	0	100	0	0
AMB2	100	100	0	100
AMB3	0	0	25	0
AMB4	100	0	200	0
EA1	0	0	0	0
EA2	0	50	0	25
EA3	75,7	0	0	0
EA4	0	0	0	0





## Anexo II –

### Lista de Presença (Titulares e Suplentes) do CBH Meia Ponte

<b>Nº</b>	<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
1	SEMAD	Marcos Aurélio Gomes Antunes
2	SEMAD	Alan Mosele Tonim
3	SEMAD	João Ricardo Raiser
4	SEAPA	Stella Miranda Menezes Correa
5	Prefeitura Municipal de Anápolis	Thiago Freitas Vitorino
6	Prefeitura Municipal de Terezópolis de Goiás	Erik Yosheno
7	Prefeitura Municipal de Inhumas	Karine Muniz Vila Verde Martins
8	Prefeitura Municipal de Goiânia	Pedro Henrique Baima Paiva
9	Prefeitura Municipal de Pontalina	Maria Minervina de Barros Vaz
10	Prefeitura Municipal Morrinhos	Renan Carlos de Ávila
11	Prefeitura Municipal Itumbiara	Núbia Maria Gomes
12	FIEG	Elaine Lopes Noronha Farinelli
13	Cargil Agrícola S.A.	Eli Cardoso Lessa
14	SIFAEG	Luciano Jaime Peixoto
15	Refrescos Bandeirantes Indústria e Comércio	Leondas Moreira de Andrade
16	Cifarma Científica Farmacêutica LTDA	Danielly Albery Pereira de Araújo
17	Minas PCH S.A.	Augusto César Campos de Sousa Machado
18	CELGPAR	Daniel Augusto Ribeiro
19	SANEAGO	Camila Dantas Lúcio Roncato
20	SANEAGO	Rafaela Wolff de Pina



21	SANEAGO	Paulo Henrique de Almeida
22	SANEAGO	Lúcia Helena Santos Pinheiro
23	SECOVI – GOIÁS	Raphael Mello Moraes Galberto
24	FAEG	Thiago Castro de Oliveira
25	IRRIGO	Aurélio Alves de Miranda
26	IF Goiano – Campus Itumbiara	Juliana Moraes Franzão
27	SENGE	Henrique Luiz de Araújo Costa
28	PUC Goiás	Antônio Pasqualetto
29	ABES	José Vicente Granato de Araújo
30	Rotary Club de Itumbiara	José Márcio Margonari Borges
31	Instituto Altair Sales	Marcos Francisco Cabral
32	Associação Ambiental Pró Águas do Cerrado	Kharen de Araújo Teixeira
33	Santa Branca Ecoturismo	André Lunardelli

Lista de Presença (Convidados) do Meia Ponte

1	Entidade	Representante
2	SEMAD	Maria Aparecida de Souza Araujo
3	SEMAD	Pedro Paulo Alves Godoi
4	SEMAD	Ana Luiza D. de Abreu
5	Secretaria Meio Ambiente Ituaçu	Willian M. França
6	CIFARMA	Hellayne Nara Mesquita Moreira
7	Jaepel Papeis e Embalagens	Eduardo Aires Batista
8	Limno Consult	Raquel Lima da Silveira
9	SANEAGO	Waile R. Neto
10	MP-GO	Anselmo Claudino